



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000910-85.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel**  
Requerente: **CESAR RICARDO MACHADO**  
Requerido: **MARIA BETANIA DA ROCHA ANDRADE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

**De início determino que se torne sem efeito a sentença de fl. 21/22, eis que a ré não é revel.**

Cuida-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel à ré, mas ela deixou de pagar aluguéis e débitos pelo consumo de água e energia elétrica.

A ré, em contestação apresentada na audiência de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

tentativa de conciliação, refutou sua responsabilidade pelo pagamento dos valores de aluguel, alegando que mantinha relacionamento afetivo com o autor o que lhe isentaria do pagamento de tais verbas, ressaltando sua responsabilidade quanto ao pagamento dos débitos relacionados ao consumo de energia elétrica e água.

A alegação da ré que mantinha relacionamento afetivo com o autor e isso lhe rendia a isenção dos pagamentos dos alugueis veio desacompanhada de um indicio sequer que lhe conferisse verossimilhança.

Oportuno anotar, que o contrato de locação estampado as fls. 02/07 não padece de qualquer vício e inclusive constou a assinatura da ré, cuja aposição não foi refutada em momento algum.

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pelo autor.

A pretensão deduzida há de ser acolhida, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.580,62, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 10 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**